

2007 - A diáfana eleição de Guebuza

A diáfana eleição de Guebuza

por: Eugénio Costa Almeida©

As eleições presidenciais de 2005 tinham tudo para serem um marco histórico na nova democracia africana, em geral, e na moçambicana, em particular. Todavia quis o sistema ainda implantado que isso não fosse tanto assim. Se Chissano acabou o seu mandato sob o estigma do “poder absoluto interno”, relembra-se a acusação de um procurador sobre o ex-presidente afirmando que este tudo terá feito para que o filho não fosse indiciado na morte do jornalista Carlos Cardoso, a vitória de Armando Guebuza, nas eleições de 2004, começou sob a sombra da não total transparência, acusação que ainda hoje a Renamo mantém, em grande parte devido à eventual partidarização do aparelho do Estado moçambicano. Historicamente, Guebuza começou como responsável da pasta de Administração Interna, no Governo de Transição pré-independência e foi o primeiro Ministro do Interior – uma pasta sensível que coordena, entre outros, os polícias, – do primeiro Governo da República Popular de Moçambique. Depois de passar por vários cargos em postos governamentais e de ter sido um dos responsáveis pela implementação do Acordo de Paz, celebrado com a Renamo, Guebuza tornou-se no secretário-geral da Frelimo e, por inerência, o principal candidato deste partido – quando é que os partidos e movimentos independentistas afro-lusófonos deixam estas siglas para a História e Museu da Liberdade e adoptam termos meramente políticos, o povo, por certo, agradecer-lhes-ia – às presidenciais que se avizinham. Quando foi eleito uma das suas promessas passava pelo maior desenvolvimento e estabilidade social do País – Guebuza é uma das maiores riquezas de Moçambique – e o fim da corrupção. Passados 2 anos desde que tomou posse, em 2005, verifica-se que, apesar do rendimento per capita do moçambicano ter já ultrapassado os 1000 USD, a população ainda (sobre)vive no limiar da pobreza. A corrupção não só não diminuiu – e isto não é um mal unicamente moçambicano, bem pelo contrário, é um mal que ainda perdura no Continente Africano e mais por culpa do exterior que continua a ver nos africanos uns endémicos corruptos e mantém essa mácula (cabe a nós procurar rejeitar esta doença; um dos que vem tentando combater este eterno epíteto é o investigador moçambicano Egídio Vaz) – como parece persistir. Guebuza diz que o País precisa urgentemente de soluções para se desenvolver. Mas quais e como elas se irão efectivar? Sob o domínio da Frelimo ou da sociedade civil? E quem é, actualmente e quando se diz que os partidos políticos da oposição estão cada vez mais falidos ou “desaparecidos” e a Frelimo fortalecida, poderá gerir e implementar as soluções apresentadas? E as recentes celebrações do dia da Independência não ajudam a esmorecer a dúvida quanto à força da Frelimo no aparelho de Estado, o portal da Presidência informar que Guebuza participou nas celebrações do aniversário natalício do “Camarada” Eduardo Mondlane, indiscutivelmente uns dos principais progenitores da libertação moçambicana. Num Estado democrata e liberal… É certo que Guebuza mostrou a certo mundo afro-lusófono que o País tem de falar e se pronunciar sobre a vida política nacional ao datar a realização de eleições provinciais quando já poucos admitiam como realizáveis. E nem precisou, ao contrário dos seus irmãos da costa ocidental, de acabar o recenseamento eleitoral. Mas, só isso não chega. A corrupção vai persistindo mesmo que discretamente. E no sector externo ainda não parece, ao contrário do seu antecessor, ter se afirmado. Não bastou ter assinado a transferência de Cahora Bassa para as mãos moçambicanas quando não tem fundos para pagar a dívida ao Estado português e se fala que vai ter como accionista os chineses. Ou seja, saem dos tucas e entram os chineses. Mas não será só aqui que a mão mahjonguiana chinesa se fará – ou faz – se sentir. As madeiras moçambicanas estão a ser delapidadas por interesses chineses e sem que os responsáveis da Agricultura consigam estancar esta sangria. Mas o apetite chinês não se fica pelas madeiras. O gás natural é, igualmente, um dos alvos da nova oligarquia chinesa. E outra das dúvidas guebuzianas é a não clara condenação de Mugabe e da sua política de “terra queimada” não só perante os seus adversários políticos, principalmente, mas também face aos seus próprios correligionários que não se mostrem autênticos “yes men”. Guebuza tem ainda até ao final da sua magistratura para mostrar que conseguirá inverter certas situações e descobrir as soluções para as “soluções” já ventiladas. Até lá, ainda vai mantendo o crédito que um Chefe de Estado deve ter. Publicado no jornal moçambicano O Observador, edição nº 005, de 29 de Junho de 2007 (edição em PDF por assinatura)